

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Curta.....	2
Título: Brasil pode ajudar a negociar uma saída na Venezuela, diz Mourão	2
Título: China oferece ajuda para restabelecer energia.....	4
Título: Recuperar meio ambiente exigiria 2% do PIB global	5
Título: Crescimento sustentável ou sustentado?.....	7
Título: Cobra tenta levar térmica da Bolognesi para a Bahia.....	9
Título: Administrador aponta conflito em plano da QGE	10
Título: CVM vai apurar indicação de diretora na Eletrobras.....	12
Título: Sem minério, Ferroeste desliga alto-forno	13
Título: Braskem propõe pagar R\$ 2,67 bilhões em dividendos	15
Título: STJ aceita punição para furto de energia.....	16
Título: Corte volta a julgar responsabilidade da União por empréstimo compulsório.....	18
Título: AES Tietê pode retomar captação com 'follow-on'	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: A Petrobrás acelera os ajustes	20
Título: Petrobrás vai receber novas propostas para o gasoduto TAG	21
Título: Brumadinho: TJ manda prender de novo 13 pessoas.....	22
Título: Senado instala CPI sobre barragem	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: Jornalista acusado de apagão na Venezuela é liberado	23
Título: PGR entendeu errado, afirma integrante de força-tarefa no Paraná.....	24
Título: Ministério do Meio Ambiente impõe mordaça a Ibama e ICMBio	25

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 14/03/2019**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Curta

CPI de Brumadinho

Fábio Schwartzman, afastado provisoriamente da presidência da Vale, e Eduardo Bartolomeo, presidente em exercício da companhia e que já respondia pela direção-executiva da mineradora, serão os primeiros convocados a prestar esclarecimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que vai apurar as causas do rompimento da barragem da empresa em Brumadinho (Minas Gerais). A tragédia provocou pelo menos 201 mortes e há 107 desaparecidos. Em sua primeira reunião, o colegiado também decidiu que fará diligências em cinco barragens de rejeitos de mineração cujas estruturas são consideradas em estado crítico, uma delas localizada em Congonhas (Minas Gerais). Também devem ser ouvidos os envolvidos que já prestaram depoimentos à força-tarefa que investiga a tragédia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 14/03/2019**Seção:** Internacional**Autor:** De São Paulo e Brasília**Título:** Brasil pode ajudar a negociar uma saída na Venezuela, diz Mourão

O Brasil pode agir como grande mediador na negociação para a saída do líder da Venezuela, Nicolás Maduro, criando canais reservados de comunicação com autoridades do regime, afirmou o general da reserva e vice-presidente brasileiro, Hamilton Mourão, em entrevista ao "Financial Times".

"Não nos abstermos de buscar um canal de diálogo com Maduro para que alguém lhe diga: 'Meu amigo, chegou a hora'. Mas ainda não temos esses canais abertos", disse o general Mourão.

Em janeiro, Juan Guaidó, de 35 anos, presidente do Congresso da Venezuela, declarou-se líder interino do país em crise, com apoio dos EUA, Brasil e de dezenas de outras nações. O político esteve recentemente em Brasília para arregimentar mais apoio.

"A política do Brasil no que se refere à Venezuela é muito clara: o Brasil não reconhece a legitimidade do governo Maduro, reconhece Guaidó" como legítimo presidente do país, disse Mourão.

Na entrevista ao "FT", o vice-presidente disse que o governo brasileiro estaria disposto a iniciar diálogos com altas patentes militares da Venezuela para ajudar a causa de Guaidó, restringir o fluxo de entrada de migrantes venezuelanos no Brasil e evitar mais instabilidade em sua fronteira ao norte.

"A pressão políticas está lá", disse. Mas Mourão alertou para o fato de que não há muito que o Brasil possa fazer em termos de "pressão econômica", já que autoridades venezuelanas que cometeram crimes "não têm seus ativos" no Brasil. Maduro está sendo mantido no poder graças à continuidade do apoio de partes das Forças Armadas venezuelanas, com o suposto envolvimento da inteligência cubana, e à proteção nas ruas de milícias armadas, disse o general.

Mourão conhece bem os militares venezuelanos. Foi adido militar brasileiro em Caracas por dois anos, na época da tentativa de golpe em 2002 contra Hugo Chávez. "Eu vi o começo de tudo isso", disse em entrevista em novembro.

A solução, acredita ele, está nas Forças Armadas, que estão divididas. "Eles precisam ser capazes de neutralizar os cubanos, neutralizar as milícias e, ao fazer isso, deixar Maduro em uma posição para lhe dizer: 'Veja, Maduro, chegou a hora de você deixar o país' e, então, chamar Guaidó para iniciar o processo" de transição, disse.

O vice-presidente preside os grupos de trabalho do governo brasileiro sobre China e Rússia e deverá viajar a ambos os países neste ano. No encontro com autoridades chinesas e russas Mourão deverá tentar convencê-los a abandonar Maduro, segundo o "FT". Moscou e Pequim, que emprestaram bilhões de dólares a Caracas nos últimos anos, se recusam a reconhecer Guaidó como presidente e são dos principais apoiadores de Maduro, assim como a Turquia.

O porta-voz da Presidência da República, general Otávio Rêgo Barros, disse ontem que há um canal "respeitoso e profissional" de diálogo entre as Forças Armadas do Brasil e da Venezuela, apesar de o governo Bolsonaro não reconhecer a legitimidade de Maduro.

Ele afirmou desconhecer a disposição do governo do Brasil de participar de uma eventual missão de paz na Venezuela, como sugeriu Mourão em entrevista ao "FT".

"Desde que nos colocamos a compartilhar a ajuda humanitária, venho apresentando a vocês que a diplomacia militar vem se fazendo presente nessa interlocução com a Venezuela. E naturalmente, por ser diplomacia militar, os

militares venezuelanos e os militares brasileiros estabeleceram um link e vêm conversando por meio desse link", disse o general Otávio Rêgo Barros, porta-voz da Presidência.

No mês passado, quando Maduro ordenou o fechamento da fronteira com o Brasil, o setor de Comunicação Social do 1º Batalhão de Infantaria de Selva em Roraima disse ao **Valor** que mantém contatos com militares venezuelanos.

Na ocasião, os venezuelanos esclareceram aos brasileiros que a movimentação de veículos militares na região de Santa Elena de Uairén, vizinha de Pacaraima (RR), dizia respeito a equipamentos que retornavam de manutenção. Não representavam, portanto, uma escalada da tensão na fronteira, uma preocupação que cresceu com a propagação de imagens desses veículos nas redes sociais. **(Com Fabio Murakawa e Carla Araújo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/03/2019

Seção: Internacional

Autor: Agências internacionais

Título: China oferece ajuda para restabelecer energia

A China se ofereceu para ajudar a Venezuela a consertar sua sucateada rede elétrica, cuja falha que jogou o país num apagão generalizado há seis dias é atribuído pelo governo do presidente Nicolás Maduro a um ataque cibernético dos EUA.

"A China está disposta a fornecer ajuda e apoio técnico para restaurar a rede elétrica da Venezuela", declarou Lu Kang, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China. Ele acrescentou que o governo chinês estava preocupada com os relatos que atribuem a falha no sistema elétrico venezuelano a um ataque de hackers - uma alegação contestada por especialistas e críticos do governo dado o histórico de má gestão e corrupção do governo Maduro.

"A China está profundamente preocupada", disse Lu. "A China espera que a Venezuela identifique o motivo desse incidente assim que possível e restaure o fornecimento de eletricidade e a ordem social. A China está disposta a fornecer ajuda e apoio técnico para restaurar o sistema elétrico da Venezuela."

A oferta de Pequim surge em meio a uma aparente incerteza no governo chinês sobre como responder à crise na Venezuela.

Quase todos os Estados venezuelanos foram atingidos pelo apagão, agravando a situação de falta de alimentos, medicamentos e hiperinflação que vive a Venezuela. Cerca de 20 pessoas morreram em consequência do blecaute. A energia vem retornando aos poucos. Ontem, o principal terminal de exportação de petróleo do país, José, retomou as operações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/03/2019

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti | De Nairóbi (Quênia)

Título: Recuperar meio ambiente exigiria 2% do PIB global

Se continuar a trilhar o caminho atual, o futuro da humanidade até o meio do século é sombrio. Bastariam, contudo, investimentos da ordem de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) global em decisões ambientalmente sustentáveis para enfrentar os danos das mudanças climáticas, da escassez hídrica e da perda de biodiversidade.

Estes dados são do GEO 6 (sixth Global Environment Outlook), a fotografia mais acurada e abrangente do estado do meio ambiente global feito pela ONU Meio Ambiente.

Para lidar com um mundo em trajetória sem precedentes de danos ambientais - e os riscos relacionados à saúde pública global - as políticas públicas deveriam ser integradas, defende uma das autoras do estudo, Joyeeta Gupta, professora de Ambiente e Desenvolvimento no Sul Global da Universidade de Amsterdã.

Um planeta ambientalmente pouco saudável provocará 25% das mortes e doenças nas próximas décadas. A poluição do ar causa pelo menos 7 milhões de mortes anuais, número que pode estar subestimado.

A poluição da água pode ser a principal causa de mortes em 2050. Os poluentes nos sistemas de água potável farão com que a resistência das bactérias aos antibióticos existentes se torne na maior causa de morte até a metade do século.

A perda dos estoques pesqueiros nos oceanos pode afetar a segurança protéica de um bilhão de pessoas e tirar o emprego de milhões. A degradação da terra afeta a vida de 3,2 bilhões.

"As estatísticas são alarmantes, mas não deveriam ser fontes de desespero", diz o economista Paul Ekins, copresidente do processo de produção do GEO 6. "Nós sabemos o que temos que fazer".

O relatório é um trabalho desenvolvido nos últimos cinco anos por 250 pesquisadores de mais de 70 países. As mais de 700 páginas atualizam o anterior, de 2012. Mostra que os danos ambientais globais são de tal nível que afetam e colocarão em risco milhões de vidas nas próximas décadas.

Existem 100 mil produtos químicos em uso, e menos da metade teve seus impactos testados. Perto de 2/5 das pessoas não têm acesso a aterros sanitários. As perdas de alimentos chegam a mais de 36% do que se produz, sendo 55% nos países ricos.

Até 2050, cidades e regiões na Ásia, Oriente Médio e na África poderão sofrer milhões de mortes prematuras. Mas o forte processo de urbanização pode ser uma oportunidade de investir em infraestruturas verdes.

Dietas com menor consumo de carne e a redução no desperdício de comida poderia diminuir em 50% a necessidade de produção de alimentos para mais de 9 bilhões de pessoas em 2050.

Ekins acredita que a transição para a economia circular e verde produzirá efeitos positivos. "A economia circular irá gerar uma enorme demanda de trabalho".

A boa notícia é que o mundo tem recursos financeiros, ciência e tecnologia para minimizar os danos, indica o estudo. A narrativa do desenvolvimento mais limpo e sustentável, contudo, não ecoa o suficiente no público e nas empresas. Não há liderança política.

O GEO 6 foi lançado na 4ª sessão da Assembleia Ambiental da ONU (Unea), maior conferência do gênero, que reúne mais de 100 ministros de Meio Ambiente esta semana em Nairóbi, no Quênia.

"Estamos em uma encruzilhada. Vamos continuar neste caminho de perspectivas sinistras ou vamos mudar a rota para um cenário mais sustentável e seguro?", disse Joyce Msuya, diretora interina da ONU Meio Ambiente

Há, porém, tendências animadoras. "Vemos como a China se volta para energia renovável", diz Ekins. "Por causa deste esforço, a produção de placas solares tornou os preços muito acessíveis para os países da África, que podem se desenvolver sem usar tanto combustíveis fósseis", diz ele.

O trabalho foi coordenado pelo Centro de Estudos de Sustentabilidade e Desenvolvimento (CSDS) da Universidade de Amsterdã.

A jornalista viajou a Nairóbi a convite da ONU Meio Ambiente

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 14/03/2019**Seção:** Opinião**Autor:** Jorge Arbache**Título:** Crescimento sustentável ou sustentado?

Preocupados com o meio ambiente e com o uso dos recursos naturais finitos, líderes mundiais reunidos na Cúpula da Terra de 1992 assinaram declaração em favor da "sustentabilidade", conceito até então pouco conhecido. Logo depois, o termo "desenvolvimento sustentável" também se tornaria popular para se referir ao desenvolvimento equilibrado entre meio ambiente, sociedade e economia. Na sequência, incorporou-se o termo "crescimento sustentável" e, mais recentemente, na Cúpula da Terra de 2012, usou-se o termo "crescimento sustentado" em alusão às "Metas de Desenvolvimento Sustentável". Esses termos têm sido usados de forma intercambiável erroneamente, pois têm definições diferentes e há até quem veja tensão entre os seus objetivos.

O termo crescimento sustentável refere-se a padrão de desenvolvimento no sentido amplo. Já crescimento sustentado refere-se a padrão de crescimento econômico caracterizado por marcha persistente e pouco volátil da taxa de crescimento. Esta talvez seja a característica mais distintiva entre os padrões de crescimento.

De fato, as evidências empíricas apontam que o grande salto de renda dos países que hoje são economias avançadas decorreu de longos períodos de crescimento econômico sustentado a taxas moderadas. Crescimento sustentado vem acompanhado de ambiente econômico previsível e de menos incertezas, que são requisitos fundamentais para se planejar, poupar, investir e alocar recursos de forma eficiente. Crescimento sustentado também viabiliza a consolidação dos benefícios do crescimento econômico, incluindo em áreas fundamentais como infraestrutura, capital humano e programas sociais, o que potencializa os impactos do crescimento e fomenta um círculo virtuoso de prosperidade.

Promover crescimento sustentável em ambiente de alta volatilidade não é tarefa politicamente trivial

As evidências também apontam que um grande número de países tem crescimento bastante volátil e marcado por períodos de acelerações seguidos por períodos de colapsos. Esse padrão errático, de "voo de galinha", vem acompanhado de incertezas e de pouca previsibilidade, o que estimula comportamentos especulativos, curto-prazistas e não cooperativos que

desorganizam a economia, afetam a produtividade e têm várias outras implicações econômicas deletérias.

Nessas economias, benefícios econômicos e sociais decorrentes dos períodos de aceleração tendem a se perder durante períodos de colapso e, quando a economia volta a acelerar, é preciso remar novamente para se recuperar o terreno perdido antes de se almejar novos avanços. Isto ajuda a explicar os lentos progressos econômicos e sociais e as armadilhas do crescimento em que aqueles países estão metidos.

Os exemplos mais conhecidos de padrão de crescimento errático estão na África Subsaariana. Ali, parte da explicação dos problemas econômicos e sociais se deve às fortíssimas acelerações e aos fortíssimos colapsos que levam à amarga combinação de baixas taxas médias de crescimento com os malefícios da alta volatilidade.

Parece haver fatores econômicos comuns associados a padrões de crescimento sustentado. Dentre eles estão regimes fiscais e monetários sustentáveis, políticas que favorecem o conhecimento e a tecnologia, fomento a atividades que agregam valor e que inserem o país na economia internacional, baixa exposição a choques financeiros exógenos, esforços de poupança e desenvolvimento de sistemas financeiros eficientes.

Exemplos de países ricos que perseguiram políticas com aquelas características abundam. Esse padrão de políticas tem inspirado vários países asiáticos mais recentemente e os vêm ajudando a criar as condições para romperem com a pobreza e se tornarem economias prósperas.

Na América Latina, muitos governos estão engajados com a agenda do crescimento sustentável. Mas ainda há trabalho a fazer na área do crescimento sustentado. Com efeito, a região tem padrão de crescimento bastante errático para padrões internacionais e a taxa média de crescimento do PIB per capita foi de apenas 1,52% nos últimos 50 anos. A este ritmo, a região precisou de quase cinco décadas para duplicar a renda. Mas o que mais chama atenção é que as maiores economias da região - Argentina, Brasil e México - estão entre as que apresentam padrões de crescimento mais erráticos.

Um exercício simples de simulação sugere que, tivera a economia da região crescido nos piores anos de colapso a taxas iguais à taxa média de longo prazo, então a taxa média de crescimento teria sido de 2,23% e não de 1,52%. Àquela taxa, a renda per capita seria, hoje, quase 40% maior. Portanto, perseguir políticas que mitiguem riscos de colapsos e promovam crescimento sustentado deve ser um objetivo de política da região. As evidências mostram que mais

importante que promover políticas que mirem taxas de crescimento aceleradas é promover políticas que encorajem o crescimento sustentado.

Como late-comers que são, os países da região estão enfrentando o duplo desafio do crescimento sustentável e sustentado, o que impõe aos governantes a tarefa de combinar políticas públicas complexas. Afinal, há que se reconhecer que promover crescimento sustentável num ambiente de baixo crescimento e alta volatilidade não é tarefa politicamente trivial.

Deve-se considerar, porém, que crescimento sustentável e sustentado podem ser faces da mesma moeda. Afinal, o crescimento sustentado contribui para o sustentável porque, ao perseguir visão de crescimento de longo prazo, viabiliza o uso mais equilibrado e eficiente dos recursos econômicos e naturais. Mas o crescimento sustentável também contribui para o sustentado ao promover o uso mais racional e responsável dos recursos naturais e políticas de inclusão e encorajar soluções e tecnologias verdes que são, no final das contas, rentáveis oportunidades de novos negócios. Portanto, é razoável supor que a promoção de um tende a vir acompanhado do outro e que não haveria, necessariamente, uma tensão entre eles.

Jorge Arbache é vice-presidente de Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Cobra tenta levar térmica da Bolognesi para a Bahia

O grupo gaúcho Bolognesi apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) um novo plano para tentar viabilizar a termelétrica de 1.238 megawatts (MW) contratada num leilão em 2014, com previsão original de entrada em operação neste ano. Desta vez, o espanhol grupo Cobra propôs construir a usina na Bahia, em São Francisco do Conde, a 3 quilômetros de distância de um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) da Petrobras, o TRBA, apurou o **Valor**.

Esse é o segundo plano apresentado pelo grupo Cobra para viabilizar a termelétrica, que já teve a concessão cassada pela Aneel mas ainda é alvo de recurso da Bolognesi. No fim do ano passado, as empresas propuseram à Aneel transferir a usina para o distrito de Pecém, no Ceará.

Originalmente, a obra estava prevista para o município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, mas a dificuldade em obtenção das licenças na região

impossibilitou o avanço do projeto. A Bolognesi tentou vender a usina para os investidores New Fortress Energy e a ExxonMobil, mas ambas tentativas fracassaram por causa do problema na obtenção das licenças, entre outros motivos.

Além da mudança para Pecém, a outra condição colocada pelo Cobra para avançar na construção do empreendimento era o adiamento do prazo de conclusão de 2021 para 31 de dezembro de 2022, pois as obras só teriam início ano que vem.

Uma reunião com as áreas técnicas da Aneel, realizada no fim de janeiro, sinalizou dificuldades na aprovação dessas condições, o que levou o Cobra a buscar alternativas para preservar a operação. A empresa negociou, então, uma solução com as empresas Petrobras, Golar Power e Global Participações em Energia (GPE).

As diretrizes gerais dessa solução foram apresentadas em uma reunião na Aneel em 27 de fevereiro. Na data, segundo documento ao qual o **Valor** teve acesso, ficou entendido que o novo plano de transferência da termelétrica deveria ser submetido à análise prévia da agência. Havendo sinalização favorável sobre sua aprovação, o Cobra e as demais empresas poderão avançar no seu desenvolvimento.

O terreno na qual a termelétrica ficará localizado pertence à GPE, que já opera termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) nos Estados do Amazonas, Rio Grande do Norte, Tocantins e Bahia, somando 520 MW. Segundo as diretrizes apresentadas à Aneel, o local tem licença prévia, já que o projeto em questão que será "aproveitado" foi habilitado tecnicamente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) no leilão A-6 de 2018.

O cronograma considerado para implantação da termelétrica prevê a conclusão das obras e início de entrada em comercial até janeiro de 2025. O prazo contratual de 2021, porém, poderia ser mantido, podendo ser antecipado para janeiro de 2020. Isso será possível porque o atendimento dos contratos de venda de energia no mercado regulado será integralmente honrado por lastro e energia da Petrobras.

Bolognesi e Petrobras foram procuradas e não comentaram as informações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Administrador aponta conflito em plano da QGE

O administrador judicial da Queiroz Galvão Energia (QGE) reconheceu o conflito de interesses na aprovação do seu plano de recuperação extrajudicial. Se a opinião for acatada pelo juiz do caso, o voto da gestora Castl lake, favorável ao plano, deverá ser desconsiderado, o que poderá levar o processo de recuperação da companhia de volta ao estágio inicial.

O plano de recuperação foi objeto de pedidos de impugnação de credores insatisfeitos com a condução do processo, que abrange R\$ 3,85 bilhões em dívidas. Os pleitos foram ajuizados depois que veio à tona o fato de que o único credor que votou inicialmente pela aprovação do plano foi a Castl lake, que tem cerca de R\$ 2,8 bilhões em créditos a receber. De acordo com os reclamantes, a gestora já atua como administradora da companhia, e teria conflito de interesse em votar como credora.

Segundo os credores, dias antes da apresentação do plano de recuperação extrajudicial, os veículos da Castl lake FDIC Apus e Vientos firmaram um contrato confidencial com a Queiroz Galvão, chamado de acordo de suporte à reestruturação (RSA). O acordo definiu, entre outras questões, uma administração interina para a companhia, e nomeou Gustavo Ribeiro como seu diretor comercial. Um problema apontado pelas petições dos credores é que Ribeiro também assinou a aprovação do plano em nome da Vientos.

A Castl lake refutou os pedidos de impugnação do plano, e disse que não houve compra da Queiroz Galvão Energia pela gestora, razão pela qual não podem ser considerados sócios ou controladores do grupo. Além disso, a substituição de membros da diretoria da companhia, prevista no RSA, não foi implementada ainda, pois precisa de autorização judicial.

Em sua manifestação, a administradora judicial Camiña, Del Ponte e Oshiro Advogados disse que a situação é delicada e relevante. De um lado, não se pode falar em controle acionário de direito por parte da Castl lake, pois não houve transferência das ações de controle da QGE.

"O enquadramento jurídico dos fatos presentes no processo, todavia, com o máximo respeito, é um tanto distinto daquele entrevisto até aqui. A prova documental mostra que durante o ano passado inteiro o Castl lake apresentou-se, perante órgão público, como dono da Queiroz Galvão Energia. Somente no momento de discussão do plano de recuperação teria havido um hiato nesse comportamento?", questiona o administrador.

O RSA evidencia que a força do "novo dono" se fez presente no momento da sua elaboração, destacou a manifestação.

O fato de que a Castllake, por meio dos veículos Apus e Vientos, adquiriram a dívida da Queiroz Galvão Energia com o objetivo de chegar ao controle da companhia também é levantado pelo administrador judicial. "Havia uma clara movimentação, desde o início do ano passado, para que o fundo em questão assumisse a posição de controlador", diz o documento.

A indicação de Gustavo Ribeiro para a administração da companhia também evidencia o conflito de interesses, segundo o administrador. "Quem indica administrador já exerce controle, e quem exerce controle não pode apresentar plano de recuperação em nome do controlado."

Mesmo que Ribeiro não tenha assumido a posição na companhia, apenas sua indicação já é suficiente para revelar o controle externo perante a Queiroz Galvão Energia. O fato de que a Vientos é uma operadora do mercado de energia é outra evidência apontada pelo administrador. "O dia da assinatura do plano de recuperação marca o final de uma etapa concebida para a aquisição do controle", aponta o documento.

A manifestação do administrador judicial é importante, mas a decisão final caberá ao juiz Marcelo Barbosa Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal do Estado de São Paulo. Antes disso, o Ministério Público também deve se manifestar sobre o tema.

A Queiroz Galvão foi procurada e não se manifestou até o fechamento desta edição. A Vientos, veículo do Castllake, disse que, como maior credora da companhia, acredita que o processo de recuperação extrajudicial poderá viabilizar a retomada das suas atividades. "Todos os credores receberam as mesmas opções no processo de recuperação. As opções, isonômicas, refletem as possibilidades econômicas da companhia", disse a empresa, em nota, completando que aguardará a decisão definitiva do juiz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: CVM vai apurar indicação de diretora na Eletrobras

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu esta semana processo para apurar denúncia feita por um grupo de sindicatos ligados ao setor de energia elétrica contra a nomeação de Elvira Presta para a diretoria Financeira e de Relações com Investidores (RI) da Eletrobras. A executiva tomou posse no cargo na última terça-feira.

Na denúncia, encaminhada inicialmente ao presidente da autarquia, Marcelo Barbosa, sete entidades sindicais alegam a ocorrência de eventuais atos lesivos ao patrimônio da Eletrobras e aos interesses de seus acionistas consistentes na indicação da diretora. Eles pedem ainda para que seja analisada eventual ocorrência de conflito de interesses na nomeação. De acordo com o documento, antes de tomar posse no cargo, Elvira era integrante do conselho de administração da estatal, indicada pelo fundo 3G Radar, um dos acionistas minoritários da companhia, e eleita por maioria de votos dos minoritários.

Os sindicatos alegam que o 3G Radar tem interesse na privatização da Eletrobras. Afirmam ainda que, entre a escolha da diretora e a divulgação de comunicado ao mercado sobre o assunto, em 15 de fevereiro, o 3G Radar aumentou em cerca de 50% sua participação acionária na companhia.

De acordo com comunicados divulgados pela Eletrobras, porém, o 3G Radar aumentou sua fatia no total de ações preferenciais da empresa, de 10,3% para 15,01%, em 20 de setembro de 2018, quase quatro meses antes da saída do diretor financeiro e de RI anterior, Armando Casado, e antes mesmo da eleição presidencial no país.

No fim de janeiro deste ano, duas semanas após a renúncia de Casado e duas semanas antes do anúncio do nome de Elvira, o fundo, na verdade, reduziu sua fatia a 14,65% das ações preferenciais.

Ao **Valor**, a Eletrobras informou não ter sido comunicada pela CVM até o momento. "Neste sentido, a companhia reafirma que não há qualquer incompatibilidade na nomeação de Elvira Presta como diretora Financeira e de Relações com Investidores", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Sem minério, Ferroeste desliga alto-forno

Com a paralisação da operação de algumas minas de ferro da Vale em Minas Gerais, a CBF Indústria de Gusa, uma empresa do Grupo Ferroeste, paralisou um dos dois alto-fornos que mantém em sua fábrica no município de João Neiva

(ES). A Vale fornece 45 mil toneladas por mês para a CBF e, segundo uma fonte da empresa, as garantias de entrega da matéria-prima para a produção do gusa foram seguradas somente até este mês. "Isso nos fez desligar um dos nossos alto-fornos. Deixaremos de produzir mais ou menos 40% de nossa capacidade, que é de 22 mil toneladas de gusa por mês", disse um executivo da Ferroeste.

Em nota, a Vale informou que está reavaliando o abastecimento de minério ao mercado interno. "A empresa informa que o fornecimento de minério de ferro para o mercado interno está sendo reavaliado em função das paralisações de algumas operações em Minas Gerais."

Desde o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (MG), em 25 de janeiro, que causou a morte de mais de 200 pessoas e 100 desaparecidos, a Vale parou a produção de dez minas em Minas Gerais. Todas elas operam com o sistema de barragem de alteamento a montante, o mesmo usado em Brumadinho e Mariana.

Conforme informação na empresa, em torno de 200 funcionários podem ser dispensados na unidade capixaba

Segundo o executivo, o desligamento do alto-forno em João Neiva, pode ocasionar a demissão de 200 funcionários, dos 584 da unidade. "Por enquanto, assumimos os custos de manter essas pessoas paradas, mas não sabemos até quanto tempo. Nunca tivemos problemas com o fornecimento de minério, mesmo com contratos mensais. Agora, já não temos garantias. Isso vai impactar muito os nossos negócios."

O Grupo faturou no ano passado R\$ 1,3 bilhão e, somente a unidade de gusa obteve uma receita de R\$ 460 milhões. "Operamos com os dois alto-fornos somente dois meses deste ano. Não temos previsão de religar o alto-forno menor e isso pode representar uma queda de pelo menos 40% na receita. E vai gerar um efeito em cascata em toda a cadeia."

A unidade fabrica ferro-gusa nodular especial e tem como clientes grandes fundições, como a Tupy, Mahle e Schulz, todas fornecedoras da indústria automotiva. "Já nos questionaram se teremos condições de fornecimento. Mas, como garantir se não temos matéria-prima?"

O executivo ressaltou que o minério usado para a produção desse tipo de ferro-gusa tem especificidades encontradas na produção da Vale. "Além disso, o volume que necessitamos por mês não encontramos de pronto em outro fornecedor. Quando a Vale parou a produção nas minas, houve uma corrida para outras mineradoras."

Segundo o executivo, outra siderúrgica no Espírito Santo também teve problemas com o fornecimento de minério da Vale. "Além de nós, a Santa Branca (Companhia Siderúrgica Santa Branca) também sofre com essa irregularidade de minério. Acredito que a Vale esteja priorizando as exportações em detrimento do mercado interno, o que pode causar um efeito cascata importante na indústria nacional. "

O fato foi confirmado pelo governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. Segundo ele, o governo mantém conversas com a Vale para que a entrega de minério seja regularizada para as usinas instaladas no estado. "Fizemos um primeiro contato e nosso esforço surtiu resultado. Eles (Vale) forneceram o minério, mas não nos deram garantias de que isso seria mantido."

O desastre da barragem de Brumadinho afetou também o fornecimento de pelotas de minério de ferro para siderúrgicas no país - Usiminas, CSN, Ternium, Gerdau e ArcelorMittal devido à paralisação das pelotizadoras Fábrica e Vargem Grande, próximas de Brumadinho, a Vale começou neste mês a trazer o produto de uma usina em São Luís (MA). O custo aumentou em até US\$ 30 a tonelada, disse uma fonte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Braskem propõe pagar R\$ 2,67 bilhões em dividendos

Junto com os resultados de 2018, divulgados ontem à noite, a Braskem anunciou que a administração propõe o pagamento de R\$ 2,67 bilhões em dividendos relativos ao exercício. A proposta será analisada em assembleia geral ordinária em 16 de abril. No ano passado, o lucro líquido atribuível aos acionistas foi de R\$ 2,867 bilhões, queda de 30% na comparação com 2017.

Com isso, desde o início da Operação Lava-Jato, a Braskem distribuiu um total de R\$ 7,17 bilhões em proventos. Em 2015 e R\$ 2016, foram pagos R\$ 1 bilhão a cada ano, mais R\$ 2,5 bilhão em 2017 e, agora, os R\$ 2,67 bilhões propostos. Desde 2015, o lucro líquido atribuído a controladores acumulado é de pouco menos de R\$ 9,5 bilhões - houve prejuízo somente em 2016, de R\$ 411 milhões. Os dividendos distribuídos equivalem, portanto, a cerca de 75% do lucro líquido obtido.

Desde 2016, porém, o dividendo pago pela Braskem não chega mais à controladora Odebrecht, pois as ações da petroquímica, com direito aos

dividendos, foram dadas em garantia a cinco bancos credores: Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, BNDES e Santander.

Além do novo provento bilionário, a petroquímica informou que prevê investir R\$ 3,315 bilhões em 2019, dos quais R\$ 1,236 bilhão atrelados ao dólar e referentes a aportes nas operações nos Estados Unidos e Europa. No ano passado, os desembolsos totalizaram R\$ 2,77 bilhões, 2% abaixo do previsto "devido a ganhos em negociações comerciais com fornecedores e cancelamento ou postergação de projetos".

Maior fabricante de resinas termoplásticas das Américas, a petroquímica encerrou o quarto trimestre com prejuízo atribuível aos controladores de R\$ 78 milhões, revertendo lucro de R\$ 386 milhões obtido um ano antes, diante da piora do desempenho operacional. Custos mais altos com nafta e demais matérias-primas, queda nas vendas no mercado doméstico e restrição de insumos no México e na Europa pressionaram os resultados.

A receita líquida subiu 17%, para R\$ 14,84 bilhões, mas a linha foi beneficiada também pelo reconhecimento, nos resultados do quarto trimestre, de receita de R\$ 520 milhões referente a débitos de PIS e Cofins pagos a maior entre março de 2017 e novembro do ano passado. Desse total, R\$ 265 milhões foram reconhecidos na conta de receita líquida de vendas e R\$ 236 milhões, em outras receitas operacionais.

Ao mesmo tempo, o custo dos produtos vendidos (CPV) subiu 39% no intervalo, para R\$ 12,86 bilhões. Dessa forma, o lucro bruto recuou 41%, para R\$ 1,97 bilhão. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) caiu 35% na comparação anual, para R\$ 1,907 bilhão. Diante disso, a margem Ebitda ficou em 13%, frente a 23% um ano antes.

Em dezembro, a dívida líquida da companhia da Braskem estava em US\$ 5,13 bilhões e equivalia a 2,06 vezes o Ebitda, ante 1,8 vez três meses antes.

No ano, a receita líquida da Braskem avançou 18%, para R\$ 58 bilhões, e o Ebitda recuou 8%, para R\$ 11,3 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/03/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: STJ aceita punição para furto de energia

A 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o pagamento de dívida por furto de energia, antes do recebimento da denúncia, não extingue a punibilidade do crime. A maioria dos ministros considerou que não é possível aplicar entendimento previsto em lei tributária que afasta a punição penal após o pagamento.

"A quantidade de furto de energia e água é avassaladora", afirmou no voto o ministro Antonio Saldanha. De acordo com ele, as práticas não ocorrem apenas em comunidades carentes. "Pelo contrário, na jurisprudência, vemos empresas de grande porte, casas luxuosas", acrescentou.

O tema foi julgado em um pedido de habeas corpus feito no Rio Grande do Sul e negado pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-RS). No caso, os agentes pediam a aplicação de uma norma tributária para, com o pagamento da dívida pelo furto antes do recebimento da denúncia, extinguir a ação penal (RHC 101.299).

O artigo 34 da Lei nº 9.249, de 1985, prevê a extinção de punibilidade de crimes tributários e prática de sonegação quando se paga o tributo antes do recebimento da denúncia.

O julgamento já havia sido iniciado e foi retomado ontem com o voto-vista do ministro Félix Fischer. O magistrado seguiu o voto divergente do ministro Joel Parcionik. Para Fischer, não pode ser aplicado, no caso, por analogia, o artigo 34 da Lei nº 9.249, de 1985, aos crimes contra o patrimônio.

Os ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Antônio Saldanha e Laurita Vaz também seguiram o voto do ministro Joel Parcionik. Para o ministro Ribeiro Dantas, furtos de água e energia não podem ser tratados de forma semelhante a crimes tributários.

O ministro Saldanha também citou a impossibilidade de aplicar, ao furto de energia, tratamento análogo dado aos crimes tributários. Para o magistrado, a técnica jurídica dos votos do relator e da divergência são pertinentes. "Isso me leva a concluir que temos que decidir o que seria mais prudente e benéfico em questão de política criminal", afirmou.

No caso, segundo o ministro, cabe analisar se, do ponto de vista criminal, é mais pertinente permitir que o furto de água e energia possa conceder ao agente uma oportunidade de não responder à ação penal mediante o pagamento ou se a ação penal é determinante e mandatória. Neste caso, ele terá apenas redução de pena por amenizar os efeitos do delito, conforme prevê o Código Penal, no artigo 16.

Para o ministro Saldanha, manter a criminalização absoluta permitindo que a ação penal prossiga mesmo mediante o pagamento é uma forma de tentar inibir o delito.

O relator, ministro Nefi Cordeiro, ficou vencido no caso. Ele havia votado pela suspensão da ação penal até a quitação dos débitos. Também ficaram vencidos os ministros Jorge Mussi e Sebastião Reis.

A decisão é muito importante para o setor de energia, que tem índice elevado de inadimplência, segundo a advogada Cristiane Romano, do escritório Machado Meyer Advogados. O entendimento, segundo ela, impede que uma norma tributária específica seja estendida para os casos de furto de energia e água.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/03/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Joice Bacelo e Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Corte volta a julgar responsabilidade da União por empréstimo compulsório

A União está na frente em um julgamento, na 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que a Eletrobras pede para dividir uma dívida de aproximadamente R\$ 14 bilhões que tem com consumidores. O caso envolve o depósito compulsório, que foi criado nos anos 60 para gerar recursos ao governo para a expansão do setor elétrico.

Três dos dez ministros votaram até agora. Dois se manifestaram contra o pedido da empresa e um a favor. O julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Sérgio Kukina.

A dívida em discussão no STJ envolve a correção dos pagamentos aos consumidores. O empréstimo compulsório era descontado da conta de luz dos clientes com consumo superior a dois mil quilowatts/hora (kWh) por mês. Posteriormente, eles poderiam converter tais valores em ações da Eletrobras.

O STJ, em 2009, havia decidido que os clientes têm direito à atualização dos valores que foram pagos. Mas desde lá a Eletrobras tenta adiar os pagamentos e cobrar os valores da União por meio de ações regressivas.

A análise desse caso havia começado em junho do ano passado, quando o relator, o ministro Mauro Campbell Marques, se manifestou de forma contrária à Eletrobras. Ele entendeu que a União não teve nenhum benefício com o empréstimo compulsório. Segundo afirmou no voto, "cada centavo foi

encaminhado para a Eletrobras" e, com esse dinheiro, a companhia investiu em ações de outras empresas.

O processo retornou à 1ª Seção ontem com o voto-vista do ministro Napoleão Nunes Maia Filho, que abriu divergência. Para o magistrado, a lei que instituiu o empréstimo compulsório estabeleceu que haveria responsabilidade solidária da União.

O ministro frisou ainda que a União integrou a ação julgada em 2009 pelo STJ -- que reconheceu o direito do contribuinte à atualização dos valores -, mas que a Eletrobras foi condenada, na fase de cumprimento da sentença, a pagar toda a dívida. "Essa situação é peculiar porque existe uma sentença condenatória solidária da União com a Eletrobras", afirmou o ministro Napoleão.

A ministra Assusete Magalhães, que também proferiu o seu voto na sessão de ontem, acompanhou o entendimento do relator, em favor da União. Na sequência o ministro Sérgio Kukina pediu vista, suspendendo o julgamento. A 1ª Seção é composta por dez ministros. O presidente só vota em caso de empate.

O tema é julgado em processo repetitivo (REsp 1583323), portanto, servirá de orientação nas decisões das instâncias inferiores. Na prática, será uma definição sobre a tese - que poderá ser revista caso chegue ao Supremo Tribunal Federal (STF) e os ministros entendam que há fundamento constitucional no pedido.

Há cerca de 3,9 mil ações judiciais sobre correção monetária de empréstimos compulsórios tramitando. Por causa desses processos, a empresa provisionou, até o fim de 2017, R\$ 16,6 bilhões para cobrir perdas decorrentes de decisões desfavoráveis, segundo seu Formulário de Referência de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/03/2019

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: AES Tietê pode retomar captação com 'follow-on'

A geradora de energia AES Tietê retomou as conversas com a Cemig para a aquisição de um projeto da Renova e deve definir, até sexta-feira, se retoma uma oferta subsequente de ações ("follow-on") primária para pagar a compra, apurou o **Valor**. "As conversas com a Cemig estão evoluindo e esperamos uma visibilidade sobre essa negociação até sexta-feira. Aí a empresa pode fazer a oferta, diretamente vinculada a essa negociação", diz um executivo com conhecimento do assunto.

A AES Tietê contratou os bancos e preparou o follow-on no ano passado, como antecipado pelo **Valor** à época. No entanto, a Cemig, que é acionista da Renova, não aprovou as condições de venda do projeto Alto Sertão III.

A proposta da empresa, em dezembro, foi de R\$ 1,6 bilhão. Após a oferta, a Renova informou que seu conselho de administração havia rejeitado a oferta pelo projeto eólico. No mesmo comunicado, a Renova disse que poderia reavaliar a oferta.

Se a aquisição se confirmar, a AES Tietê quer levantar entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões para quitar a operação e fazer investimento, conforme duas pessoas próximas à operação.

Papel mais líquido da AES Tietê, as units da companhia caíram 3,2%, de R\$ 11,36 para R\$ 11, após a informação de que a companhia pode retomar uma oferta subsequente de ações (follow-on), publicada na manhã de ontem pelo **Valor PRO**, serviço de notícias em tempo real do **Valor**. O ajuste aconteceu em apenas 10 minutos no pregão. Ao fim da sessão, o papel reduziu as perdas e operou fechou a R\$ 11,17, retração de 1,15% no dia.

Outra companhia de energia, a Eneva, contratou bancos também para um follow-on, mas neste caso para operação secundária - ou seja, sem dinheiro para o caixa da empresa, mas para os acionistas vendedores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/03/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: A Petrobrás acelera os ajustes

A Petrobrás aproveitou a melhora do ambiente internacional para o Brasil – com queda do custo do CDS (credit default swaps, espécie de seguro contra calote) – para realizar uma captação de US\$ 3 bilhões em bônus com vencimentos entre 10 anos e 30 anos. Ainda que o valor da emissão seja pouco expressivo para uma empresa de grande porte, permitirá reduzir o custo do endividamento total da Petrobrás, pois os recursos serão empregados na recompra antecipada de papéis em circulação que foram vendidos com juros mais altos.

Trata-se de parte da política de ajustes implantada na gestão Pedro Parente e acelerada nos últimos meses, com a chegada de Roberto Castello Branco. Após divulgar o balanço de 2018, que mostrou a volta dos lucros, a Petrobrás

anunciou há alguns dias as primeiras medidas para implantar o Plano de Negócios e Gestão (PNG) válido para os próximos cinco anos. Um dos objetivos é conferir velocidade ao programa de desinvestimentos, com a inclusão de mais campos maduros de petróleo e gás terrestres e em águas rasas.

Outro propósito é cortar gastos operacionais gerenciáveis no valor de US\$ 8,1 bilhões (6,6% do valor total de US\$ 122,6 bilhões orçado para o período 2019-2023). E um terceiro objetivo é liberar recursos que estão em caixa para "realocação para usos mais produtivos", segundo nota da empresa. Os ajustes da Petrobrás, iniciados no governo de Michel Temer para enfrentar a situação calamitosa deixada pela antecessora Dilma Rousseff, não são isentos de ônus. A venda de campos de petróleo, aliada ao declínio de campos maduros, contribuiu para uma queda da produção do bruto nos últimos dois anos.

Mas a valorização do dólar e a alta das cotações da commodity ajudaram a Petrobrás a recuperar rentabilidade e gerar valor para os acionistas, como a empresa pretende. Os próximos passos deverão ser o lançamento de planos de demissão voluntária para enxugar os quadros de pessoal e uma programação de venda de unidades de refino. O lançamento de bônus foi um bom teste de mercado após a Petrobrás ter recebido melhor nota das agências de classificação de risco Standard and Poor's e Fitch Ratings. O objetivo é transformar a empresa num produtor de baixo custo, disse há dias Castello Branco. Assim será mais fácil de superar as flutuações comuns no mercado de petróleo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/03/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Petrobrás vai receber novas propostas para o gasoduto TAG

Nos próximos dias, interessados poderão dar novos lances para comprar ativo que custará mais de US\$ 8 bi

A venda de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG) entra na fase final. Nos próximos dias, a Petrobrás vai abrir os termos do contrato, negociado com a franco belga Engie, para novas ofertas. Pelas regras definidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nessa etapa, os investidores que já tinham feito lances no ano passado poderão refazer suas propostas. Na primeira fase, a oferta da Engie foi a escolhida pela estatal para ter exclusividade nas negociações do ativo.

Segundo fontes, o valor teria ficado entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões (R\$ 30 bilhões e R\$ 34 bilhões, pela cotação de ontem). Agora o fundo Mubadala, de Abu Dabi, e o consórcio formado pelo banco australiano Macquarie e pela brasileira Itaúsa, braço de investimento da família Setubal, sócia do Itaú, poderão dar novos lances, com base no contrato firmado entre Engie e Petrobrás. A venda da TAG é considerada estratégica para a estatal, que está em processo de desinvestimento.

Quando concretizada, a transação será a maior já realizada pela empresa. Em setembro de 2016, a petroleira vendeu 90% do gasoduto Nova Transportadora do Sudeste (NTS), sendo 82,35% para a gestora canadense Brookfield e 7,65% para a Itaúsa. A estatal levantou US\$ 4,2 bilhões (quase R\$ 16 bilhões) com esse negócio. A TAG detém uma rede de gasodutos de cerca de 4,5 mil quilômetros de extensão, localizados nas regiões Norte e Nordeste.

Em junho do ano passado, depois de a Petrobrás escolher a Engie para ter exclusividade nas negociações, uma liminar suspendeu o processo de venda. As conversas só foram retomadas em janeiro, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) cassou a decisão. Procuradas, Petrobrás e Engie não comentaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE

Título: Brumadinho: TJ manda prender de novo 13 pessoas

Onze funcionários da mineradora e dois de empresa terceirizada já haviam sido detidos; tragédia tem 201 mortos

O Tribunal de Justiça de Minas determinou ontem novamente a prisão de 11 funcionários da Vale e 2 empregados da empresa Tüv Süd, que já haviam sido detidos por causa do rompimento da barragem de Brumadinho (MG). Todos haviam sido soltos após conseguirem habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ) mês passado. O desastre já tem 201 mortes confirmadas e 107 desaparecidos. A decisão de ontem manda que todos cumpram as prisões temporárias por 30 dias determinadas aos 13 investigados.

As primeiras prisões, em 29 de janeiro, foram dos executivos Cesar Augusto Grandchamp, geólogo; Ricardo de Oliveira, gerente de Meio Ambiente do Corredor Sudeste; e Rodrigo Artur Melo, gerente executivo do Complexo Paraopeba da Vale. Os dois funcionários de empresas terceirizados também foram presos neste dia, os engenheiros André Yassuda e Makoto Mamba da Tüv Süd, que atestaram a estabilidade da barragem. Os habeas corpus foram dados

em 5 de fevereiro. As outras oito prisões foram em 15 de fevereiro. Neste caso, todos eram funcionários da Vale envolvidos com a segurança da barragem: Joaquim Pedro Toledo, Renzo Albieri Carvalho, Cristina Heloíza Malheiros, Artur Bastos Ribeiro, Alexandre Campanha, Marilene Christina Araújo, Hélio Marcio Cerqueira e Felipe Rocha.

Os habeas corpus que autorizaram a saída dos oito foi concedido pelo STJ em 27 de fevereiro. Em nota, a Vale classificou as prisões como "desnecessárias", pois os colaboradores já haviam prestado depoimento de "forma espontânea" e estavam disponíveis para novos esclarecimentos às autoridades. A mineradora afirmou ainda que, a pedido da força-tarefa que apura o crime, esse grupo já estava afastado. Depoimento. Também ontem, o presidente afastado da Vale, Fabio Schvartsman, disse à Polícia Federal que não sabia de problemas relativos à segurança da barragem. O depoimento, na sede da PF em Belo Horizonte, durou cerca de sete horas.

Aos integrantes da força-tarefa que investigam a tragédia, Schvartsman afirmou que as informações sobre a estrutura estavam nas mãos das equipes técnicas da mineradora. Schvartsman foi afastado do comando da empresa no último dia 2, após pedido da força-tarefa de policiais e promotores que investiga o caso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: TEO CURY

Título: Senado instala CPI sobre barragem

Os senadores Rose de Freitas (Pode-ES) e Carlos Viana (PSD-MG) foram escolhidos, por aclamação, presidente e relator da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que foi instalada ontem com o objetivo de apurar o rompimento da barragem em Brumadinho (MG). O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) foi eleito vice-presidente. A primeira medida oficial da CPI foi convocar o ex-presidente da Vale Fábio Schvartsman e o presidente interino, Eduardo Bartolomeo, para esclarecimentos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/03/2019

Seção: Mundo

Autor: Fernanda Canofre

Título: Jornalista acusado de apagão na Venezuela é liberado

Depois de cerca de 30 horas detido, o jornalista venezuelano Luis Carlos Díaz, 34, foi liberado em Caracas na noite da terça-feira (12).

Ele havia sido detido pelo Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (Sebin) no fim da tarde de segunda (11).

Díaz responde à acusação de incitação à delinquência e terá de comparecer diante das autoridades a cada oito dias. O jornalista não poderá deixar o país sem autorização, segundo o sindicato de jornalistas da Venezuela.

A entidade acredita que Díaz seja uma das duas pessoas que foram detidas por terem sido relacionadas por Maduro aos apagões de energia que atingem o país desde a quinta (7).

O ditador afirma que a falta de energia foi uma sabotagem provocada por ataques de hackers que teriam agido junto com o governo dos EUA.

O Grupo de Lima, que reúne 14 países das Américas, inclusive o Brasil, responsabilizou Maduro pelo problema.

Já o autodeclarado presidente interino Juan Guaidó culpou a corrupção e a falta de manutenção no sistema elétrico pela crise.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/03/2019

Seção: Poder

Autor: Estelita Hass Carazzai

Título: PGR entendeu errado, afirma integrante de força-tarefa no Paraná

Integrante da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal, o procurador Paulo Roberto Galvão defendeu, em entrevista à Folha, o fundo anticorrupção que seria criado em acordo com a Petrobras e disse que a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, “infelizmente entendeu errado”.

“A ação [proposta por Dodge] foi baseada em uma série de premissas falsas”, afirmou.

Caso o acordo seja anulado, segundo Galvão, o dinheiro depositado em juízo pela Petrobras (R\$ 2,5 bilhões) pode ter que voltar aos EUA — foi um acordo com autoridades americanas que originou o pagamento da multa pela estatal. “O risco existe, e esse é um temor muito grande”, disse.

O procurador defende que a força-tarefa tinha competência e independência funcional para firmar o acordo.

“Quando ela [Dodge] critica o protagonismo da força-tarefa, eu não sei exatamente o que ela quer dizer com isso. Porque o caso Lava Jato está em Curitiba”, afirma.

Galvão reiterou que o Ministério Público Federal não faria a gestão dos recursos, mas impulsionaria o processo de criação da fundação, que seria formada por membros indicados por entidades da sociedade e órgãos públicos.

Disse que, ao contrário de casos já julgados pelo STF, o dinheiro do fundo não foi desviado da União, mas pago como multa pela Petrobras.

Galvão ainda defende a ideia da fundação como a melhor solução para a aplicação dos recursos. Mas o grupo considera outras possibilidades, como a criação de um fundo federal anticorrupção, que receberia o dinheiro da Petrobras para destinação específica em projetos com esse objetivo, além de tirar do acordo a previsão de que o MPF tenha assento no conselho deliberativo de eventual fundação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/03/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Fernando Tadeu Moraes

Título: Ministério do Meio Ambiente impõe mordaza a Ibama e ICMBio

Objetivo de submeter a comunicação dos órgãos ambientais ao ministério é alinhá-la, afirma chefe da assessoria

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) impôs uma mordaza ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). As demandas enviadas à assessoria de comunicação da autarquia agora deverão ser dirigidas ao MMA.

Na prática, embora o instituto ainda conte com uma assessoria de comunicação, a medida a esvazia.

A Folha enviou na quarta-feira (13) um email ao Ibama pedindo a posição do órgão sobre uma reportagem em curso. Recebeu da autarquia a seguinte resposta: “Por orientação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), demandas de imprensa relacionadas à atuação do Ibama devem ser direcionadas à Assessoria de Comunicação do MMA”.

O procedimento passou a ser adotado após a exoneração do chefe da comunicação social do Ibama, publicada no Diário Oficial nesta quarta. O

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) já vem cumprindo a determinação há alguns dias.

Ibama e ICMbio são autarquias vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente com regimes jurídicos autônomos. A relação delas com o ministério é de supervisão, não de subordinação, de acordo com a lei.

Segundo a Folha apurou, a medida, embora tenha sido acatada no Ibama, é vista dentro do órgão como um ataque à sua autonomia. Não há precedente de iniciativa similar.

Na visão de um técnico do MMA, que pediu para não ter o nome revelado, a mordada imposta pelo ministério é uma forma de interferir na publicidade e na transparência das informações e dados produzidos pelo Ibama.

De acordo com o chefe da assessoria de imprensa do Ministério do Meio Ambiente, capitão Pallemberg Pinto de Aquino, o objetivo da medida é tornar a comunicação do Ibama e do ICMbio mais alinhada à do ministério.

O MMA já havia promovido mudanças em sua assessoria de comunicação. O contrato com a empresa que realizava o serviço para a pasta foi encerrado no dia 10 de fevereiro, sem que outra fosse indicada para substituí-la. Com isso houve uma redução significativa de pessoal e de funções exercidas pela assessoria.

A instância contava, até fevereiro, com os núcleos de jornalismo, redes sociais, fotografia, comunicação interna, cerimonial e eventos, além de criação. Ao todo, 25 funcionários e cinco estagiários exerciam funções na assessoria.

Hoje, há apenas o núcleo de jornalismo e o de criação, totalizando dez funcionários — apenas três deles jornalistas — e dois estagiários, além do chefe da assessoria. Essa equipe reduzida terá agora de lidar também com a comunicação do Ibama e do ICMbio.

Com Ricardo Salles à frente do MMA, a pasta tem buscado maneiras de tutelar o Ibama. Conforme a Folha revelou recentemente, o ministério elaborou uma minuta de decreto que cria um “núcleo de conciliação” com poderes para analisar, mudar o valor e até anular cada multa aplicada pelo Ibama por crimes ambientais no território nacional — esvaziando, na prática, o papel do fiscal.

A minuta, além disso, extingue uma das modalidades de conversão de multas, um sistema que hoje permite a participação de entidades públicas e organizações não governamentais em projetos de recuperação ambiental.

A Folha também revelou que a minuta teve aval do Ibama sem ter recebido pareceres técnico e jurídico do órgão. O procedimento, embora não seja ilegal, é considerado incomum, sobretudo no caso de uma proposta que altera políticas centrais do órgão.

Há duas semanas, Salles promoveu uma inédita exoneração em massa de superintendentes regionais do Ibama, sem, no entanto, indicar os substitutos. O ato deixou vago quase todos os comandos estaduais do órgão.

As superintendências são responsáveis principalmente pelas operações de fiscalização, além de atuarem em emergências ambientais e na prevenção e no controle de incêndios florestais.

MME / ASCOM .